



Menor, moleque, imoral: juventude e controle nas narrativas jornalísticas

Carla Baiense Felix¹

Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF)

Resumo: Neste artigo discutimos como as narrativas sobre jovens no jornalismo mainstream se articulam a discursos hegemônicos baseados em pressupostos de gênero, raça, cor e territorialidade desses indivíduos. Analisando notícias e reportagens presentes nas teses e dissertações da área de Comunicação sobre o tema, defendidas entre 2010 e 2019, buscamos compreender as diferentes fontes de opressão que se interseccionam na produção de imagens de controle (COLLINS, 2019) sobre sujeitos juvenis. Argumentamos que, ao naturalizar imagens negativas sobre a juventude, as narrativas jornalísticas endereçam, também, modelos de subjetividade opressivos.

Palavras-chave: juventude; narrativas jornalísticas; opressão; imagens de controle; subjetividade.

1. Introdução

Desde o início do século XX, a discussão sociológica a respeito da juventude adverte para a indefinição que o termo carrega, tendo em vista as inúmeras formas de ser jovem ao longo do tempo e em diversas sociedades. Para Bourdieu, “é por um formidável abuso de linguagem que se subsume no mesmo conceito universos sociais

¹ Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF) e coordenadora do Curso de Jornalismo da mesma instituição. Doutora e mestra em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), realizou sua pesquisa de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É jornalista formada pela UFF. Lidera o grupo de pesquisas Mídias, redes e jovens. carlabaienses@yahoo.com.br

que praticamente nada têm em comum” (2003, p. 153), donde conclui que “a ‘juventude’ é só uma palavra”. (idem, p. 151). Ele chama atenção, portanto, para seu caráter discursivo ou, como resume Enne, para o fato de que o termo funciona como “categoria semântica de produção social” (2020).

Nesta perspectiva, as classificações por idade, e como Bourdieu chama atenção, também por sexo e por classe, são narrativas que associam determinados valores e características aos sujeitos, a fim de “impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter (...) em seu lugar” (p. 151). Collins (2009) enfatiza a relação entre representações baseadas em pressupostos sobre raça, classe e gênero e controle social. Produzidas e reproduzidas nos discursos científico, governamental e midiático, essas imagens de controle (p. 159) legitimam políticas racistas, classistas e sexistas e naturalizam as desigualdades.

A autora considera que, nos últimos anos, a academia tem se afastado deste tipo de discurso, mas a mídia se mantém como um espaço privilegiado para a circulação destas imagens. No nível subjetivo, tais imagens negam aos jovens negros e pobres a possibilidade de se reconhecerem em imagens positivas e empoderadoras. E, como afirma Lorde (2019), em relação aos estereótipos que pesam sobre as afro-americanas, valorizar tais representações “equivale a sempre acreditar, bem lá no fundo, que eu de fato não presto para nada” (posição 3553 kindle)

Kellner (2001) considera que “os meios dominantes de informação e entretenimento são uma fonte profunda e muitas vezes não percebida de pedagogia cultural” (p. 10), pela qual somos ensinados a nos comportar cotidianamente. São também os produtos desta cultura que fornecem o material a partir do qual muitas pessoas constroem suas identidades, definem seus valores e modelam sua visão de mundo (p. 9).

A influência da mídia e do mercado de cultura na constituição dos sujeitos também é apontada por Setton (2011), para quem as referências tradicionais, como família e escola, competem com os meios na produção de modelos de individuação. Neste sentido, os discursos midiáticos podem nos fornecer um valioso material para compreender como se constrói narrativamente a juventude e se endereçam subjetividades.

Neste artigo, analisamos as imagens de controle sobre a condição juvenil que circulam no jornalismo mainstream a partir de uma perspectiva interseccional. A ideia de interseccionalidade (COLLINS, 2019, p. 57) expressa as múltiplas formas pelas quais opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, territorialidade, entre outras, se entrelaçam na produção de injustiças. Enquanto formações discursivas, essas categorias produzem diferentes sentidos sobre juventude na intersecção entre os termos. Enquanto experiência concreta, posicionam os indivíduos em lugares distintos na matriz de dominação, entendida como o

(...) modo como essas opressões interseccionais são de fato organizadas. Independentemente das intersecções específicas em questão, domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão (COLLINS, 2019, p. 57)

Portanto, pensamos a relação entre discurso jornalístico e hegemonia. Analisando a proposição de Quijano sobre a colonialidade de poder e saber, Lugones afirma que a denominação categorial constrói o que nomeia. Explicando, a colonialidade introduz a ideia de raça, por meio de uma ficção biológica, produzindo uma “classificação universal e básica da população do planeta” (LUGONES, 2020, posição Kindle 931).

Ainda nesta perspectiva, a Europa é concebida como anterior ao capitalismo global e colonial e todos os outros povos são codificados em relação a este centro de poder como primitivos. A racialização – e, como argumenta Lugones, a generificação – dos povos e sua conseqüente hierarquização são produto da expansão do capitalismo global na sua luta pela manutenção do controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva e da intersubjetividade. Filha da modernidade, a imprensa é um dos lugares em que se reafirma ideologicamente esse discurso colonial e se constrói sua hegemonia. Conforme Collins,

Quando falo em ideologia, refiro-me a um corpo de ideias que reflete os interesses de um grupo de pessoas. Na cultura estadunidense, as ideologias racistas e sexistas permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis. (COLLINS, 2019, p. 35)

Para analisar como o jornalismo constrói e reforça as imagens de controle juvenis, selecionamos notícias e reportagens publicadas em jornais, revistas e telejornais que trazem os jovens como seus principais personagens. A escolha da amostra buscou res-

ponder à pergunta desta pesquisa. O material foi acessado a partir de teses e dissertações da área de Comunicação que investigaram a juventude na sua relação com a mídia e foram apresentadas entre 2010 e 2019 em programas de pós-graduação da região sudeste do país. A opção por produzir uma análise a partir da produção acadêmica atendeu à necessidade de reunir um acervo significativo e de compreender como o tema vem sendo discutido no campo.

Dada a extensão do acervo e a relevância dos veículos em que foram publicadas, consideramos que, embora não esgotem as possibilidades, apresentam uma representação hegemônica de determinados sujeitos juvenis. Numa primeira análise, chegamos a nove tipos de imagens de controle que interseccionam aspectos de idade, gênero, raça, classe e territorialidade. Dados os limites de espaço neste artigo, faremos um recorte a partir de cinco.

2. Construção da amostra

Uma primeira busca pelos termos juventude, jovem e jovens resultou em 39.979 trabalhos, no período entre 2010 e 2019², em todas as áreas do conhecimento. Jovens é o termo com maior número de ocorrências, aparecendo 31.796 vezes, seguido por jovem, com 4.362, e juventude, com 3.821. A área de Ciências Humanas responde pela maior parte dessa produção, com 15.473, e dentro dela a Educação tem maior destaque, abrigando 7.858.

A grande área das Ciências Sociais Aplicadas contempla uma volumosa produção sobre os termos, reunindo 2.376 teses e dissertações, das quais 563 são da área da Comunicação, sendo 450 trabalhos de Mestrado e 113 de Doutorado. A maior parte destas pesquisas, 78%, foi produzida em universidades da região sudeste, totalizando 355 trabalhos. Considerando os limites e objetivos desta pesquisa, vamos nos concentrar sobre este universo.

Eliminando as sobreposições na busca pelos três termos, chegamos a uma base com 277 teses e dissertações. Uma análise detalhada desse material pode indicar os temas mais recorrentes e a emergência de novas áreas de pesquisas, sua correlação com

² Esse total considera, inclusive, trabalhos que adotam mais de um dos termos. As sobreposições de termos foram identificadas e eliminadas na etapa seguinte.

eventos ou fenômenos específicos e como isto se traduziu em produção bibliográfica ano a ano. É possível, ainda, analisar as universidades e programas que vêm se destacando no campo, bem como orientadores e pesquisadores proeminentes. Por fim, a leitura dos trabalhos propriamente nos permite identificar as linhas mestras das pesquisas desenvolvidas, o corpo conceitual mobilizado, métodos e técnicas utilizados, entre outros critérios teórico-metodológicos.

Nosso objetivo, no entanto, não foi o de realizar um estado da arte dos trabalhos apresentados no período, mas, a partir deles, identificar aqueles que se dedicaram a investigar as representações midiáticas das juventudes. Nesta perspectiva, observamos que este foi o tema mais recorrente na amostra, com 70 trabalhos³, seguido por consumo (47), educação (31), sociabilidade (26), cultura (17), política (13) e religião (2).

Em relação às representações, a forma como as juventudes aparecem no jornalismo mainstream foi tematizada por 18 pesquisas, nas quais predominam reportagens que produzem imagens de controle sobre sujeitos juvenis. Outras 19 reportagens enfocaram a publicidade, o audiovisual e os quadrinhos. Um terceiro grupo de trabalhos se detém na análise de representações produzidas em redes sociais e mídias alternativas pelos próprios sujeitos juvenis. Trata-se de um conjunto bastante heterogêneo, reunindo 33 teses e dissertações, mas que trazem a autodefinição como traço comum.

Para este artigo⁴, selecionamos cinco dissertações e uma tese dedicadas à análise das representações juvenis em reportagens de jornais (O Globo, O Dia e Extra), revistas (Veja e Época) e telejornais (RJ 1ª edição, SBT Rio e Jornal da Record). Nelas, pudemos observar que predomina a figura masculina. Isso, sem dúvida, se refere à temática que prevalece no noticiário cotidiano, a violência. Mas observamos a mesma predileção em reportagens que fogem à cobertura diária. Dada a importância dessa representação, vamos nos concentrar na análise das imagens de controle de homens jovens a partir da intersecção de atributos de gênero, classe, raça e territorialidade.

³ Excetuam-se nesta contabilidade os trabalhos que não se enquadravam nas categorias identificadas ou que não apresentavam uma ligação direta com o tema das juventudes, que somavam 71 teses e dissertações.

⁴ Esta análise faz parte de uma investigação mais ampla de pós-doutorado, desenvolvida entre ago de 2019 e ago de 2020, junto ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

3. Menor infrator

Uma das representações de juventude mais recorrentes na amostra analisada diz respeito à produção da imagem de controle do “menor infrator”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (art.18). Neste sentido, o uso de expressões como menor ou pivete já devia estar extinto, na medida em que estigmatiza jovens e adolescentes em conflito com a lei.

Apesar disso, são muitas as representações que se utilizam desses termos, como no título selecionado da amostra de Dias (2017) “Menores armados são apreendidos na Zona Sul do Rio” (MENORES, 2015, p. 10), publicado pelo Extra em abril de 2015. A autora analisa 93 matérias e artigos de opinião de O Globo e 81 reportagens e charges veiculadas no jornal Extra, no período de 1º abril a 2 de julho de 2015, para investigar os discursos sobre criminalidade juvenil e maioridade penal.

Alves (2019), que investigou as representações sociais dos adolescentes em conflito com a lei em 52 reportagens do telejornal Cidade Alerta e 16 do Jornal da Record entre 12 de junho e 26 de agosto de 2015, nos dá outro exemplo. Numa das matérias analisadas, veiculada em 12 de junho de 2015, na Record, o narrador descreve assim um acontecimento: “O assassino é um menino de 16 anos apreendido logo após o disparo. Ele confessou o crime sem mostrar sinais de arrependimento e disse que agiu em parceria com um outro menor, de 17 anos”.

Há, sem dúvida, uma relação intrínseca entre a cobertura jornalística cotidiana e a realidade objetiva. Os episódios de violência envolvendo homens jovens são fartamente documentados nas estatísticas sobre crimes, bem como nos relatórios sobre saúde pública. O encarceramento e as mortes por homicídio entre esta parcela da população produziu o que o Atlas da Violência chamou de fenômeno da “juventude perdida” (ATLAS, 2019, p. 25), numa referência ao fato de que “os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo suas vidas” (p. 33).

No Brasil, estão entre 15 e 29 anos os maiores percentuais dos indivíduos privados de liberdade: 30% deles têm entre 15 e 24 e 25%, entre 25 e 29 anos. Ou seja,

55% da população carcerária são jovens, percentual que alcança os 59% no Rio de Janeiro, por exemplo (INFOPEN, 2017).

Em relação às mortes, os homicídios foram responsáveis por 51,8% dos óbitos de indivíduos entre 15 e 19 anos, 49,4% entre 20 a 24 e 38,6% dos 25 aos 29 anos. Ao todo, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil, perfazendo uma taxa de 130 homicídios por 100 mil habitantes, contra uma média nacional de 69,9. Para compreender o padrão sexista, racista e classista deste fenômeno é preciso analisar, ainda, o perfil das vítimas: são homens (91,8%) e negros (74,6%) a maior parte das 618 mil pessoas mortas nos últimos dez anos de maneira violenta.

O noticiário sobre crime, portanto, tem relação com os fatos objetivos. Mas a construção discursiva dessa realidade sublima nesta discussão o padrão racista, classista e sexista do fenômeno, naturalizando a associação entre juventude negra e pobre à violência. Lugones (2020) lembra que na divisão de raça e gênero operada pela colonialidade, os homens de cor não são designados como protetores e sim como agressores. A reprodução desse discurso em matérias sobre crime e violência produz uma imagem de controle com consequências severas sobre a subjetividade e o cotidiano desses sujeitos juvenis.

4. Menor abandonado

Observando a representação dos jovens em 15 edições dos telejornais locais da TV Globo e do SBT, veiculadas entre os dias 10 de janeiro e 4 de julho de 2017, Meireles (2018) concluiu que poucas vezes alguém pode falar pela juventude em conflito com a lei. Quando isto acontece, quase sempre esse papel cabe à mãe.

Há um pressuposto em torno dessa escolha que responsabiliza a mulher, de forma indireta, pelo insucesso na socialização dos seus filhos. Esse fato é ainda reforçado quando os jovens em conflito com a lei vivem em famílias chefiadas por mães solo. Nessa associação entre abandono e ingresso no “mundo do crime”, constroem-se duas imagens: uma que estigmatiza o jovem, abandonado, outra que controla as mulheres, “responsáveis” pelo abandono.

O discurso científico já associou o ingresso das mulheres no mercado de trabalho ao aumento da criminalidade urbana. Certamente não se tratam das mães de classe média, para as quais a construção de uma carreira significou a conquista de sua autonomia financeira e sexual. As mulheres para os quais o trabalho não é uma conquista, mas uma imposição são as trabalhadoras pobres, entre as quais as 5,8 milhões de empregadas domésticas brasileiras (SÍNTESE, 2017). Como questiona Carneiro,

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. (CARNEIRO, p.1-2)

Esta construção da mãe e da mulher irresponsáveis sublima o caráter injusto da distribuição de oportunidades e bens na sociedade, individualizando ou atribuindo a um grupo social a culpa pela própria pobreza. A imagem do menor abandonado, portanto, é modalizada pelas circunstâncias em que se dá o abandono. Conforme Collins observou, na sociedade americana (2019, p. 147) – e sem dúvida também na brasileira -, a recorrência a imagens de mães negras ruins é usada para justificar a desvantagem econômica de quem é negro, encobrendo o caráter racista e sexista da estrutura social.

A ausência de uma figura paterna, nas reportagens e na vida dos jovens, também é usada para “explicar” a pobreza e o abandono familiar, expressos pela necessidade de as mães deixarem seus filhos sozinhos para irem trabalhar. Sublima-se, desta forma, a desigualdade de gênero, raça e classe na distribuição de recursos e oportunidades.

5. Juventude imoral

Outra imagem de controle produzida pela associação entre juventude e desvio foi observada por Vaisman (2019). A autora argumenta que “as ideias de ‘juventude’ e ‘desvio’ estão intrinsecamente relacionadas, o que faz com que os jovens, frequentemente, sejam alvo de pânico morais” (p. 84). Embora juventude apareça aqui como uma categoria universal, ao longo da análise se descrevem as formas específicas em que essa associação se configura, em termos interseccionais.

A investigação se dá a partir de reportagens sobre dois gêneros musicais cuja origem está fortemente ligada a juventudes periféricas, o lindy hop, do Harlem, e o funk

carioca. Segundo a autora, essas danças produziram uma histeria moralista entre as gerações mais velhas e a imprensa, e foram “vistas como resultado de uma queda na moral e nos bons costumes” (p. 84).

A partir de uma revisão bibliográfica, a autora discute como o lindy hop propunha definições alternativas de classe, raça e gênero. “Para as mulheres negras da classe trabalhadora, essa dança proporcionou uma oportunidade para que elas celebrassem uma feminilidade diferente daquela divulgada pela mídia” (HUNTER, 1997, apud VAISMAN, 2019, p. 94). “Da mesma forma, os homens negros da classe trabalhadora que dançavam *lindy hop* estabeleceram uma masculinidade em oposição a uma cultura (...) que repetidamente se referia a eles como meninos e, frequentemente, lhes negava oportunidades de emprego” (UNRUH, 2012, apud VAISMAN, 2019, p. 94). Na mídia, o gênero foi retratado como

(...) “uma dança muito vulgar” (*The Brooklyn Daily Eagle*, 1931), “uma dança tórrida do Harlem” (*Standard-Sentinel*, 1934), “um movimento maligno” (*Pittsburgh Post-Gazette*, 1934), “provavelmente, a mais violenta de todas [as danças]” (*Cassville Republican*, 1937) e “um regresso bárbaro aos dervixes da selva” (*Bradford Evening Star and The Bradford Daily Record*, 1934)

Já o funk, na análise da autora, passa por dois momentos. Um primeiro, onde é construído discursivamente em associação à criminalidade urbana – brigas de gangues, arrastões, tráfico de drogas – e um segundo, onde se liga à degradação moral. Ambos deixam claro que há um padrão de raça, classe e gênero bem definidos em relação ao tipo de frequentador dos bailes. Assim, manchetes como “O funk picante da periferia” (*Época*, 22/01/2001); “Dança do sexo nos bailes funk” (*O Dia*, 08/03/2001) e “Engravi-dei no trezinho” (*Veja*, 28/03/2001) expressam representações bastante simbólicas do tipo de juventude que se constrói nestas reportagens.

Embora se reconheça que a “juventude branca” sobe o morro para dançar nos bailes, o ritmo permanece associado à classe, raça, território e gênero. Às mulheres, especificamente, se endereça um juízo moral sobre norma e desvio em termos de sexualidade. Assim, as liberdades conquistadas pela segunda onda do feminismo não estão disponíveis para as jovens frequentadoras dos bailes funk, cujo comportamento sexual é construído narrativamente como imoral e perigoso.

6. Moleque

A condição juvenil associada à de gênero e raça pode ser potencialmente opressiva mesmo para os que não se incluem entre os mais pobres. Isto pode ser observado a parti das capas publicadas por Veja e analisadas por Andrade (2011). O autor investiga a construção da juventude a partir de cinco reportagens, quatro capas e um informe de capa publicados no primeiro semestre de 2009.

No dia 13 de maio de 2009, o adolescente Nilson Belém, de 14 anos, estampou a capa “Gol de ouro: o milionário negócio de descobrir, treinar e vender para a Europa “craques-bebê” brasileiros une clubes, famílias e investidores”. Apesar do rosto sério do adolescente de pele clara, que traz uma chuteira no pescoço e um globo terrestre em forma de bola de futebol nas mãos, o texto não deixa dúvidas, trata-se de alguém que precisa ser tutelado, em função da condição de craque-bebê.

A outra capa, de 4 de fevereiro de 2009, traz a foto do craque Robinho, de 25 anos, e é ainda mais explícita. Na imagem, o jogador está chupando o polegar, em comemoração a um gol. A manchete interroga: “Por que eles nunca crescem?”. A chamada complementa a acusação: “A síndrome de Peter Pan dos milionários de calção pega mais um, Robinho, acusado de agressão sexual na Inglaterra”. Tanto a capa quanto a matéria no interior da revista reiteram a associação entre o caráter inconsequente do jogador e “coisa de menino”. Não se trata de minimizar o crime de que o jogador é acusado. O que questionamos aqui é a referência a um suposto comportamento “juvenil”.

Nesta construção discursiva, homens jovens e negros estão associados à imaturidade e, neste caso específico, à violência, reiterando o estereótipo que vimos em outra imagem de controle, a do menor infrator. O que percebemos é que a própria condição juvenil dos sujeitos modaliza o sucesso e o talento do grupo. São também sujeitos falados nos discursos, sem espaço para a autodefinição.

7. Desmotivado

Essa ausência do sujeito juvenil enquanto enunciador produz uma imagem ligada a outro estereótipo, a do jovem que não se envolve na vida social. É o que observamos também a partir das reportagens reunidas por Meireles (2018). A autora concluiu

que “o apagamento do fator juventude e a incerteza para o público em relação à faixa etária destes sujeitos excluem – ou dificultam – o reconhecimento do jovem como membro ativo da sociedade” (p. 179). Neste caso, a representação é construída não pela visibilidade, mas por seu apagamento.

A pesquisadora também conclui que “a hipótese de um discurso hegemônico carregado de significações e estereótipos em relação à juventude existe, mas não há de forma flagrante uma segregação por classe social ou cor de pele” (p. 211). A própria análise, no entanto, contradiz essa afirmação. A partir das imagens, a autora aponta a cor da pele dos sujeitos citados nas reportagens e fica evidente a distribuição de papéis de vítima e bandido em função da raça. A escolha sobre os locais onde ocorrem os eventos selecionados pelos repórteres também indica um viés de classe na cobertura jornalística.

De todo modo, o fato para o qual ela chama atenção é importante nesta análise. O apagamento da identidade juvenil, manifesto pela omissão da idade dos jovens retratados, produz uma invisibilidade do sujeito juvenil na esfera pública, ou seu confinamento a temas considerados “de jovens”, como a “crise” na Educação.

Lógica semelhante opera nas reportagens recolhidas por Saback (2015), que analisou as matérias veiculadas no quadro Parceiro do RJ, do telejornal RJTV – 1ª Edição, da TV Globo. O quadro foi produzido por jovens e adultos com idades entre 18 e 30 anos e finalizado por jornalistas da emissora, e propunha uma inclusão das favelas e periferias no programa a partir de uma visão “de dentro”.

O lugar que se destina a esta juventude é, portanto, o de morador de favela. Neste sentido, só podem falar a respeito deste tema. Não se questionam aqui os possíveis ganhos produzidos por olhares mais inclusivos sobre a favela e seus moradores, mas o confinamento desses sujeitos a seus lugares de origem. O fato de a condição juvenil ser sublimada nos discursos e a própria intervenção dos profissionais no material produzido também modalizam a possibilidade de auto-representação destes jovens.

8. Conclusão

A circulação de imagens de controle sobre a juventude no jornalismo deve ser entendida num contexto de produção de discursos cujo objetivo é legitimar e naturalizar as desigualdades, invisibilizando a ideologia racista, classista e sexista de que se alimentam. Refletir sobre tais discursos nos permite trazer à luz a dimensão ideológica dessa discursividade, revelando como estes estereótipos funcionam do ponto de vista semântico e subjetivo.

Neste artigo, tentamos esboçar uma primeira análise, partindo de um rico material já reunido por pesquisadores e pesquisadoras do campo da Comunicação. Embora não esgotem as possibilidades de categorização, as imagens de controle encontradas nos permitem apontar para a prevalência da construção de uma juventude negra e pobre associada ao crime e à violência.

As consequências desta representação devem ser pensadas na sua relação com as estatísticas sobre criminalidade de forma dialética, de maneira a elucidar o caráter produtivo da mídia. Acreditamos que há um longo caminho a percorrer, na trilha aberta pelo pensamento feminista negro e pelo feminismo decolonial, a respeito das imagens de controle e sua relação com a manutenção das injustiças sociais.

Referências

ALVES, Daniela do Canto. **Mídia e redução da maioria penal**: as representações sociais sobre o adolescente em conflito com a lei no telejornalismo da Rede Record. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2018.

ANDRADE, Thiago Pereira. **Representações midiáticas e idealizações sobre juventude e consumo**: os sentidos do discurso na Revista Veja. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2011.

ATLAS da violência 2019. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 115 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: jul 2020.

BOURDIEU, Pierre. “A ‘juventude’ é só uma palavra”. In: **Questões de Sociologia**. Trad. de Miguel Serra Pereira. Lisboa: Fim de século, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de gênero. Portal Geledés, 2011. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em: 11 jun de 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DANÇA do sexo nos bailes funk. **O Dia**, Rio de Janeiro, 08 mar. 2001.

DIAS, Maitê Nora Blancquaert Mendes. **Maioridade penal em pauta**: medo e punição na imprensa. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social, 2017.

ENGRAVIDEI no trezinho. **Veja**, São Paulo, 28 mar. 2001, p. 82-86.

ENNE, Ana Lucia. A condição juvenil no contemporâneo e os desafios da Educação. Live promovida pelo grupo Mídias, Redes e Jovens, 20 de jun. de 2020. Disponível em <https://www.facebook.com/iacsuffniteroi/videos/751871875615895/>. Acessado em 10/08/2020.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e pós-moderno. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: Edusc, 2001.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

MEIRELLES, Nara Rosa. **A imagem do jovem na TV**: uma análise sobre a inserção da juventude no telejornalismo local do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social, 2018.

MENORES armados são apreendidos na Zona Sul do Rio. Extra, Rio de Janeiro, p. 10, 28 abril 2015.

O FUNK picante da periferia. **Época**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2001, p. 103.

SABACK, LÍlian. **Parceiro do RJ/TV Globo**: comunidade e narrativas inclusivas pelo audiovisual. Tese em cotutela (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura; Instituto Universitário de Lisboa, Programa de Doutorado em Ciência da Comunicação, 2015.

Síntese de indicadores sociais, uma análise das condições de vida da população brasileira 2017. Estudos & Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica, nº 37. IBGE, 2017.

VAISMAN, Diana. **Do Lindy Hop ao Funk Carioca**: Representações do pânico moral na construção midiática da juventude. Dissertação de Mestrado. PUC-Rio, Departamento de Comunicação Social, 2019.